Reflexão

TERRAS: USOS E DIFICULDADES NO BRASIL



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

ENQUANTO A população mundial seguir em crescimento e não se mostrarem sinais de reversão dessa tendência para as próximas décadas, certamente, o tema da segurança alimentar manter-se-á como uma das prioridades básicas na agenda dos países.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) traçam as suas previsões sobre o aumento na demanda de alimentos. O Brasil deverá atender 40% deste incremento. É uma grande expectativa sobre o desempenho da agropecuária nacional, num mundo em que a escassez de terra e água fica cada vez maior.

O Congresso Brasileiro do Agronegócio de 2013 discutiu o cenário do uso e ocupação de terras no País, em que há o mito de muita terra disponível. Com base nos três últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as áreas das propriedades rurais no Brasil perderam em torno de 50 milhões de hectares, o correspondente a 13%.

No período entre antes da Constituição de 1988 e 2013, as terras indígenas cresceram quatorze vezes e representam 12% do território nacional, o correspondente à soma dos territórios ocupados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e um pedaço de Minas Gerais. Já o espaço físico das unidades de conservação dobrou para 24% e possui o mesmo tamanho de todo o Nordeste e boa parte de Minas Gerais.

Hoje, conforme levantamentos realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em torno de 62% do território nacional são ocupados por reservas indígenas, unidades de conservação, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas naturais (RNs).

A agricultura continuará a perder área ocupada. Existem 184 locais para áreas indígenas em estudo. O Ministério do Meio Ambiente demanda quase um terço do Brasil como futuras áreas para conservação da biodiversidade. Os assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) somam 6.113 locais. O novo Código Florestal implica a recomposição de 35 a 95 milhões de hectares.

Esse contexto revela uma situação de dupla pressão, com focos relevantes e díspares, sobre o uso da terra no Brasil. O Governo precisa encontrar o seu "mapa do caminho", com diálogo pautado em bases técnicas e científicas.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, em reiteradas ocasiões, comenta a importância do conhecimento qualificado e atualizado no tocante ao uso e à ocupação do território nacional. O desenvolvimento sustentável da agricultura envolve uma análise integrada dos quadros natural, agrário, agrícola, social e econômico de cada região, em diversas escalas temporais e espaciais.

A ABAG considera fundamental a contribuição do setor privado, mas a liderança desse processo compete ao setor público. Por isso, reforçamos a posição da Embrapa de que "as organizações públicas de pesquisa e inovação devem funcionar como locomotivas limpa-trilhos, indo adiante e removendo obstáculos, com informações e conhecimentos, para os comboios do setor privado transitarem com segurança, promovendo investimentos e progresso".

Se vista como base produtiva, a insegurança jurídica afasta investimentos. É o caso, por exemplo, da "terra para estrangeiros", existente mesmo em parcerias entre as empresas brasileiras e as estrangeiras. As demandas crescentes e indefinidas de terras a indígenas e quilombolas são outras realidades de efeitos similares, assim como a legislação sobre os tipos penais caracterizadores do trabalho análogo à escravidão.

O tema passou da fase de reflexões para se tornar bastião ideológico ou outra forma de criar divisionismo. A ação do Legislativo, com o apoio do Executivo, é crucial. Produzir mais, de forma sustentável, requer tecnologia e, é claro, segurança jurídica. Essa correção de rumos e ações deve ser imediata, mesmo em ano de eleições majoritárias. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)